

QUANDO O JOGO DE PODER SUPERA AS EXPECTATIVAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE CATALÃO-GO

Maria Marta Lopes Flores – UFG/CAC - CIEEd

mmlopesflores@brturbo.com.br

Fernanda Ferreiro Belo Rodrigues – UFG/CAC - CIEEd

ffbelo@hotmail.com

Geisianne Barra de Aquino – UFG/CAC - CIEEd

geisianneaquino@yahoo.com.br

Resumo: Esta pesquisa se propõe a discutir gestão e financiamento de ensino, com a perspectiva de analisar as relações estabelecidas entre gestores escolares e Secretaria municipal de educação do município de Catalão. A pesquisa procura responder a seguinte questão: Como os diretores escolares assumiram essa função, a partir de indicação política, como ficam as questões relacionadas ao financiamento do ensino neste município?

Palavras-chave: gestores escolares; financiamento; ensino fundamental

INTRODUÇÃO

Com a intenção de atender esse objetivo, vamos destacar a importância das mudanças da década de 1990, que foi um período rico em transformações em vários campos das ciências humanas e conseqüentemente da educação, especialmente a educação pública, que por diversas vezes foi ameaçada como um direito de todo cidadão.

Essas transformações são um conjunto de atitudes “sugeridas” por organismos internacionais como o FMI, BIRD, o BID como a solução imediata para a crise educacional brasileira assim como outros países da América Latina. “Na ótica neoliberal, a crise na educação expressa à incapacidade estrutural do estado para administrar as políticas sociais” (Gentili, 2001, p.17).

Neste sentido, existe uma cobrança cada vez maior para que haja mais competência e agilidade do estado (nação) para lidar com questões relacionadas à educação. A crise se apresenta como sendo uma questão de gerenciamento e má administração. Desta forma, a burocracia e o desperdício de dinheiro público são os responsáveis diretos pelo fracasso escolar dos nossos alunos e a inoperância das escolas públicas brasileiras. Não é por acaso que neste período a administração escolar está diretamente vinculada à idéia de qualidade total. Em outras palavras, “a reforma

educacional iniciada no Brasil nos anos de 1990 assume a racionalidade administrativa como paradigma instrumental.” (Michels, 2006, p. 407).

A questão do modelo de racionalidade da forma como foi proposta nas Reformas Neoliberais para a área educacional aparece como um problema de competência para gerenciar, negociar, traçar metas e estratégias, e assegurar que os objetivos traçados sejam alcançados. Desta forma, o gestor educacional deve ser competente para instrumentalizar àqueles a quem gerencia e comanda. Até porque esse discurso está intimamente relacionado à idéia neoliberal de estado mínimo, aquele que desempenha o mínimo possível as funções sociais dos países. É importante frisar que as políticas de Bem Estar Social são responsabilizadas pela incapacidade do estado (nação) ter ações incisivas para administrar. “As reformas educacionais dos anos 90 apresentam como principal traço a tentativa de ‘modernização’ administrativa do aparato público” (Oliveira, 2000, p. 331).

Desta maneira, a responsabilidade pela educação é cada vez mais delegada às pessoas diretamente envolvidas às instituições educacionais onde trabalham. Ou seja, na busca de modernização a diminuição do quadro pessoal das escolas, o melhor aproveitamento da classe trabalhadora em educação significa, sobretudo economia de tempo e dinheiro. Os “gastos menores” com melhores resultados significam antes de tudo competência para administrar e é isso que se espera dos gestores de um modo geral, não só dos diretores escolares, mas também de todo aparato governamental em seus níveis (secretários municipais e estaduais de educação). Vale frisar “As palavras de ordem na reforma de estado dos anos 90: Racionalização, Flexibilização, descentralização” (Gentili, 2001, p.17).

A racionalização dos recursos financeiros tem sido talvez o argumento mais utilizado para a realização das mudanças realizadas atualmente. Por sua vez, o conceito de flexibilidade tem servido para sustentar a idéia de inovação e competência tão caras ao capitalismo. Desta maneira, descentralização é uma das formas encontradas pelos economistas como a “formula mágica” para conseguir a racionalização e maior flexibilidade. Conduzir as decisões para o local neste sentido significa economia de tempo e dinheiro, além de delegar às instâncias menores as decisões necessárias para o bom andamento do sistema.

E ao se considerar as peculiaridades locais e regionais e estabelecer a autonomia para nos municípios, houve um chamado para que as unidades escolares assumissem a responsabilidades com a fiscalização do financiamento escolar e estabelecer parcerias

para suprir as necessidades das escolas. Estabelecer parcerias é uma forma de fomentar a descentralização financeira da educação. Desta forma, as comunidades locais acabam pressionadas a participarem. Como o financiamento é ferramenta indispensável para a escola de qualidade e a descentralização uma conquista dos municípios, estes acabam também sendo responsabilizados pelo sucesso ou fracasso escolar. Assim,

A engenharia política de financiamento, estabelecida após 1996, foi capaz de induzir de modo contraditório a autonomia e descentralização de gestão com a adoção local de programas definidos centralmente, porém apresentou baixa capacidade de redução das desigualdades de recursos intersistemas de ensino interestaduais (DUARTE, 2005, p.823).

Conforme já foi dito, a questão do financiamento tem sido amplamente discutida porque o financiamento é um dos elementos que possibilitam a construção de uma escola de melhor qualidade. O FUNDEF possibilitou a descentralização da gestão e criou mecanismos de controle do financiamento e da avaliação. Neste sentido, as prestações de contas numéricas e o acompanhamento se as instituições têm atingido ou não os objetivos proposto pelo Projeto Político Pedagógico da unidade escolar tem sido fiscalizado continuamente pelo poder central. Todas estas questões estão diretamente ligadas à gestão e organização escolar. De acordo com Michels (2006)

Essas mudanças relacionadas a gestão chegam a escola e alteram a sua organização e seu cotidiano. Na atualidade, a proposição tem sido descentralizar até chegar a escola. (...) Partindo dessa perspectiva, faz-se necessário que os profissionais da educação, principalmente os professores, assumam a função de gestores da educação. Para tanto, tornou-se imperativo a focalização na formação desse profissional (p.411).

Seguindo esta lógica de análise a partir da descentralização do ensino, buscaremos então analisar a gestão e o financiamento do município de Catalão-Go.

O Ensino Fundamental no município de Catalão está a cargo do município. Constitucionalmente este nível educacional está garantido em nosso país, tanto quanto ao acesso como também a permanência de todas as crianças nesta faixa etária de 6 a 14.

Este trabalho parte do pressuposto que os gestores escolares tivessem conhecimento da legislação relativa ao financiamento, elas conseguiriam realizar um planejamento mais participativo e teriam maiores possibilidades de realizações no espaço escolar.

Passaremos agora a apresentar alguns resultados desta pesquisa: Foram aplicados questionários em 2 instituições escolares. O sistema educacional municipal catalano possuía até o final do ano de 2007, 21 unidades educacionais de Ensino

Regular. Optamos por fazer a pesquisa apenas na zona urbana. Esta escolha se justifica uma vez que as escolas rurais têm uma realidade diferenciada das escolas urbanas.

Das várias escolas visitadas com a intenção de realizar os questionários para a realização de um diagnóstico preliminar, apenas duas se prontificaram a nos receber. Fato que já explicado por Capingote (2008)

A educação municipal em Catalão está organizada da seguinte forma: Secretaria Municipal, composta pelo Secretario de Educação (cargo de confiança do prefeito), Diretores Escolares (cargo de confiança indicado pelo Secretário Municipal), os Coordenadores Pedagógicos (indicados pelos diretores) Professores (em sua maioria concursados), Servidores como Secretários, Atendentes e pessoal da limpeza (comissionados). Pela composição da secretaria de educação podemos perceber porque foi tão difícil conseguir realizar as entrevistas com os gestores da rede pública municipal de Catalão. A pesquisa de campo foi realizada as vésperas das eleições para prefeito municipal. E os gestores apresentaram grande resistência em conceder entrevistas. Se justificando pela falta de tempo em função de serem obrigados a participarem de comícios, reuniões do partido, caminhadas e passeatas. Das cinco escolas selecionadas apenas uma Diretora Escolar aceitou atender a solicitação (Capingote, 2008, p.22)

No entanto para evitarmos constrangimentos desnecessários, fizemos a opção de denominarmos as escolas por escola A e escola B. Foram aplicados alguns questionários nestas escolas visando observar que conhecimento os diretores tem em relação ao financiamento.

Conforme as repostas demonstradas, foi realizada uma análise dos dados coletados a partir dos questionários respondidos pelos gestores escolares, para ver qual tem sido a autonomia dos diretores em relação às verbas que são repassadas para as suas instituições. (em anexo)

A primeira questão apresentada foi: As instituições escolares municipais recebem diretamente repasses financeiros da (o): Secretaria Municipal de Educação, Governo estadual, Governo federal, outros? E qual a fonte de recurso que a escola tem recebido? Ao que a Diretora da escola “A” respondeu: Sim, recebe do Governo Federal através do FNDE (Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação). A Diretora da escola “B” apresentou a seguinte resposta: Repasse do Governo Federal e a Secretaria Municipal de Educação dá total assistência. Podemos então perceber que as repostas apresentadas são quase idênticas. O que nos leva a observar que é unânime a idéia de que a maior fonte de recurso recebida pelas escolas é a verba do FNDE.

Veja o que nos diz Parente (2006),

Assistência Financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é uma autarquia do Ministério da Educação (MEC), cuja finalidade principal é a captação de recursos financeiros e sua canalização para o financiamento de programas e projetos educacionais, nas áreas do ensino, pesquisa, material escolar, e outros.

Dessa forma, o que tentamos fazer é dar uma pincelada no significado da sigla FNDE, para esclarecimento maior de nosso leitor e deixar ele a parte do que discutiremos. Ressaltando também que, a criação do FNDE ocorre em meio ao regime militar, sendo uma forma de descentralizar e centralizar os recursos financeiros.

O Fundo nacional de desenvolvimento da Educação (FNDE) foi criado em Novembro de 1968 e está vinculado ao Ministério da Educação (MEC). A Finalidade da autarquia é captar recursos financeiros para projetos educacionais e de assistência ao estudante. A maior parte dos recursos do FNDE provém do Salário-Educação com o qual todas as empresas estão sujeitas a contribuir (Libâneo, Oliveira e Toschi, 2003, p.183).

Assim, prosseguindo as análises das respostas, podemos também questionar a questão da autonomia e que ao nosso parecer a verba é solicitada pela Gestão Escolar, que vem repassada pela Secretária Municipal de Educação de Catalão.

As gestoras respondem-nos com objetividade sem aprofundar no assunto, falando quais os órgãos que contribui com a escola, no caso do FNDE e deixando claro que já vem repassado todo o financiamento em forma de recursos materiais pela própria Secretaria Municipal de Educação. Algo que nos deixa um pouco intrigado devido essa situação de tamanha dependência por parte das gestoras, pois afinal, a realidade da escola por ser vivenciadas apenas por membros da escola, como a diretora, deveria também poder optar para onde ir o dinheiro e em que gastar.

Dando seqüência as questões apresentadas, a segunda pergunta foi: A gestão escolar tem autonomia para aplicar os recursos recebidos? A escola “A” diz que: Sim. E a escola “B”: Sim. Mas reunimos com o Conselho Escola e desenvolvemos as ações do PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola). Dessa forma, percebemos que mesmo a escola “B” tentando ser mais esclarecida em sua resposta, acaba-se contrapondo na sua fala, porque, hora afirma que tem autonomia e em seguida coloca em cheque sua resposta, dizendo que precisa sentar com outros órgãos para tomar algumas decisões que os tornam contraditórias. Assim, ao dizer que tem à tão sonhada autonomia, nas

primeiras questões, ambas as escolas deixam claro que as verbas, já vêm repassadas para serem aplicadas conforme determinação da Secretaria Municipal de Educação.

Quando apresentamos a terceira pergunta: A escola recebe recursos do FNDE (Fundo Nacional para o Desenvolvimento da educação); FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério); FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação); Auxílio à Merenda Escolar; outros? A escola “A” não se pronunciou a respeito desta pergunta. Porém a escola “B” diz: Esses recursos são repassados para a Secretaria Municipal de Educação. Mais uma vez observamos, nesta questão a submissão em relação dos órgãos superiores para com a Gestão administrativa das escolas. Afirmando-nos outra vez que, a autonomia para gerir os recursos é por si só, uma questão que tem gerado bastante polêmica. Estudo tem demonstrado que esta é uma “faca de dois gumes” visto que os resultados podem ser interessantes se houver uma participação intensa da comunidade escolar, mas em contrapartida pode gerar distorções de dinheiro público para outros setores. Vale ressaltar que os fundos (tanto FUNDEF como o FUNDEB) exigem a participação dos Conselhos Escolares, o que nem sempre tem ocorrido a contento. Fato relatado por Oliveira, Moraes e Dourado (2008),

Ao defendermos a autonomia da escola, estamos defendendo que a comunidade escolar tenha liberdade para coletivamente pensar, discutir, planejar, construir e executar o seu projeto político-pedagógico, entendendo que neste está contido o projeto de educação e de escola que a comunidade almeja. No entanto, mesmo tendo essa autonomia, a escola está subordinada às normas gerais do sistema de ensino e às leis que o regulam, não podendo, portanto, desconsiderá-las. A autonomia, no entanto, não é dada ou decretada. Autonomia é uma construção que se dá nas lutas diárias que travamos com os nossos pares nos espaços em que atuamos. Por isso, a construção da autonomia, especialmente da autonomia escolar, requer muita luta, dedicação e dedicação daqueles que estão inseridos nos processos educativos. (Oliveira, Moraes e Dourado, 2008, p. 4),

Na quarta pergunta: Como tem sido os recursos da Merenda Escolar? A escola “A”: Prefere silenciar. Já a escola “B” diz: A Merenda Escolar é repassada pela Secretaria Municipal de Educação. Mesmo a escola “A” não se pronunciando e a escola “B” respondendo a questão, nota-se que ambas as escolas tem uma postura bastante parecida em relação à pergunta, porque, ambas sempre afirmam desde as primeiras questões uma total dependência da Secretaria Municipal de Educação. Assim, demonstra-nos, implicitamente que se a Merenda Escolar é repassada pela SME para a instituição, logo a Gestão Administrativa deve distribuir essa Merenda Escolar para um

numero x de aluno matriculado na escola, para ser consumido conforme um tempo x que a SME determina. Assim, observamos que as diretoras têm um longo trabalho, quando recebe a Merenda Escolar é de fazer um planejamento diário para ver quantos alunos presentes para que não haja desperdício.

Vejamos que nos diz Libâneo, J.C, Oliveira, J.F. e Toschi, M.S. (2003, p.186),

O parâmetro para liberação dos recursos do PNAE é o número de alunos levantado pelo Censo Escola (pesquisa do MEC/INEP) do ano anterior. Para estabelecer convênio com o FNDE, os municípios devem criar um Conselho de Alimentação Escolar (para fiscalizar e controlar o uso dos recursos) e apresentar um projeto.

Na questão cinco: A escola tem feito projetos sobre PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola); PPP (Projeto Político Pedagógico) para arrecadar dinheiro? Estes projetos interferem na melhoria da qualidade do ensino nas escolas municipais? A escola “A” diz que: Sim, através de alguns projetos desenvolvidos, temos feito ferinhas e contado com a parceria de algumas empresas, não com dinheiro, mas, com material. E a escola “B” diz: Sim. Hoje a verba é repassada e tem que ser gasta de acordo com as ações do PDE. A Escola não promove muitas atividades para arrecadar dinheiro por ser localizada em uma região de periferia.

A Escola “A” demonstrou que sempre procura manter em primeiro lugar as necessidades prioritárias da escola, como os recursos de materiais para o bom andamento da instituição, porém, vemos que a diretora possui certo receio ao preencher o questionário, pois, mesmo não declarando para nós esse temor deixa-nos de forma implícita que tem certo cuidado ao preencher os dados.

Já a Escola “B” ao dizer que recebe verbas do Plano de Desenvolvimento da Escola, também confirma que essas verbas devem ser aplicadas conforme as demandas do PDE, mostrando-nos mais uma vez que as distribuições têm que ser gasta não de acordo com as necessidades prioritárias que o Diretor presencia na escola, mas, de acordo com o que esses programas determinam.

Outro fator bastante complicado é que a Escola “B” também se localiza em uma região de periferia como declara a gestora e nesse sentido observamos que a escola recebe alunos com situação financeira bastante difícil que acaba por afetar alguns alunos no desenvolvimento escolar. Esse aspecto influência nas condições de transporte, alimentação, material escolar entre outros. A Gestora alega que a Escola “B” não tem condições de fazer nenhuma atividade para arrecadar dinheiro como vimos na Escola “A”, por causa das condições financeiras da comunidade que atende. Percebemos então

que ações no sentido de mobilizar a comunidade para solucionar problemas de ordem financeira dependem da iniciativa e do tipo de gestão que cada diretor resolve fazer.

Neste sentido, ressaltamos novamente que a autonomia e a responsabilidade dos gestores das escolas entrevistadas deveriam acontecer para o bom funcionamento das escolas. Porque, desse modo à necessidade de fazer valer o direito de autonomia por parte dos gestores, de suas decisões e de uma direção comprometida com resultados educacionais significativos faria a diferença na hora de contribuir com os pesquisadores e estudiosos na área, sem temor em relação a perda de próprio cargo.

Freqüentemente, observamos no Brasil, que tanto os sistemas estaduais, quanto os municipais de educação são organizados como grandes burocracias, mas, ainda em Catalão o sistema municipal não tem esse rigor e por serem os gestores, cargo comissionado, esses ficam temerosos com relação a sua permanência no cargo. Para tanto Abicalil (2004, p. 45) afirma:

Todas as redes, com raras e honrosas exceções, não possuem os quadros necessários para a função de que a escola necessita. Há falta de pessoal administrativo e de apoio pedagógico, ausência de professores de carreira, excesso de interinidade de contratos curtos, sem seleção adequada, permitindo contratações precárias por um ano, no máximo. Os indicados são pessoas que receberam o cargo em troca de favores dos politíqueiros. Falta pessoal necessário ao apoio pedagógico; há insuficiência de recursos financeiros; e mesmo nas redes públicas estão na ativa servidores sem habilitação e sem o devido concurso público. Essa condição perversa mal esconde o interesse de disputa de currais eleitorais, a instabilidade da continuidade dos professores nas escolas, as descontinuidades no acompanhamento dos alunos, vindo em prejuízo do aluno e da comunidade.

Veja o que afirma Dourado (2001), ao analisar a questão da gestão escolar.

Afirma que a livre indicação dos diretores pelos poderes públicos se configurava como a modalidade de escolha que mais coadunava e contemplava as formas mais usuais de clientelismo, na medida em que se distinguia pela política do favoritismo e marginalização das oposições, em que o papel do diretor prescindia do respaldo da comunidade escola. Essa modalidade permitia, portanto, a transformação da escola em um espaço instrumentalizador de práticas autoritárias, evidenciando forte ingerência do Estado na gestão escolar.

A gestão democrática é difícil para ser aclamada em um território onde reina o clientelismo, mas, temos visto nas instituições estaduais, deste mesmo município, experiências que apóiam um processo de democratização com a eleição para diretores através de indicação por listas tríplexes ou sêxtuplos ou processos mistos, ou seja, o diretor é eleito ao cargo entre a consulta da comunidade e do executivo. Esse processo deveria promover uma melhora na seleção dos diretores das escolas públicas, dando-

lhes mais autonomia nas decisões, e criando mecanismos para estimular seu compromisso com a educação de qualidade.

No que diz respeito à estrutura administrativa, também há algumas transformações urgentes a ser processadas. A mais abrangente delas diz respeito a uma radical mudança na forma de organização do poder e da autoridade na gestão escolar. O modelo hierarquizado e unipessoal da atual direção escolar é menos compatível com os objetivos democráticos da educação do que formas alternativas de gestão colegiada (Paro, 2007, 115)

As mudanças que vão acontecendo acabam afetando a forma de organização da gestão escolar, fazendo com que a mesma esteja sempre entrelaçada com os órgãos que os elegem, impossibilitando desses gestores terem uma autonomia própria, na questão de poder colocar o financiamento concedido do governo federal nos lugares próprios.

Dando prosseguimento a análise da pesquisa, fizemos à sexta pergunta: Qual a prioridade na destinação dos recursos financeiros da própria escola? A Escola “A” diz que: Atender as necessidades mais imediatas que nos levem a proporcionar aulas mais interessantes, dinâmicas e prazerosas. Já a Escola “B” fala que: É de acordo com a necessidade do momento. Podemos então perceber que na escola “A” há uma preocupação com a parte pedagógica da escola; enquanto a “B” não se posiciona em relação ao assunto.

Assim, a sétima questão foi: A escola recebe algum recurso extra? A escola “A” diz que: Não. Vimos que a resposta da escola “B” também foi: Não. As respostas foi a mesma, mesmo as gestoras sendo de escolas diferentes. Nesse sentido, frisamos mais uma vez que as repostas poderiam ser ampliadas por parte das gestoras, mas deram uma resposta evasiva para não comprometerem o cargo que ocupam.

Nesse momento, o que nos preocupa ao falar desta gestão de clientelismo é uma questão que se for analisada com afinco, observaremos que esta embutida em nossas raízes a tempo, pois se voltar aos anos anteriores essa gestão pode nos parecer uma herança que vem implícita em nossa sociedade há muito tempo.

Aquele quadro de centralização administrativa e a falta de recursos para a manutenção das escolas mantiveram as condições favoráveis de conservação da política clientelística. Assim ocorreram alianças entre os diretores de escolas e os presidentes de Associações de bairro que, pela troca de favores e apoios recíprocos, dispensaram a participação da comunidade escolar no processo de construção de uma escola democrática. Quando o (a) diretor (a) não busca apoio do vereador ou presidente da associação de Bairro para encaminhar as questões da sua escola, vale-se de suas habilidades pessoais de ingerências políticas junto ao poder constituído, dentro do mesmo espírito da prática clientelística (Carmo, 1996, p.60).

De acordo com os estudos deste autor, que toma como referência a secretaria municipal de Goiânia, o fato de a escola realizar eleições nas escolas municipais não garante a democratização das relações no espaço escolar.

Sendo assim, a forma centralizada de gerir os estabelecimentos escolares já foi implantada há muitos anos. De maneira implícita a sociedade acatou esta forma de administrar os estabelecimentos escolares. A questão do clientelismo proporciona a algumas pessoas da sociedade uma forma de troca e favores. Torna-se então um negócio prazeroso e uma oportunidade não só de melhorar suas condições financeiras como também de garantir um “status” de importância na comunidade onde atuam. Para isso, passam a concordar com as imposições dos prefeitos e secretários a respeito do seu posicionamento político. Este é o motivo pelo qual esses diretores se recusam a contribuir com pesquisadores e estudiosos que precisam de suas respostas.

Desta forma, observamos que se os diretores quiserem fazer valer os direitos previstos constitucionalmente, eles têm um suporte teórico para tal, pois conforme, apontam vários trabalhos (Davies, 2008; Oliveira, 2004; Fonseca, 2008) um dos desafios dos gestores é a falta de recursos escolares que por serem insuficientes se esgotam bem antes do período previsto.

Levando em consideração o artigo 212 da Constituição Federal de 1988.

A união aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Por ser um projeto que tem um intuito se pautar na gestão e financiamento do ensino fundamental buscamos como procedimento metodológico de nosso trabalho uma busca de novas respostas através da aplicação dos questionários.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O objetivo geral de nossa pesquisa é compreender se os gestores escolares têm conhecimento relacionado ao financiamento. Sobre essa temática, realizamos leituras de estudos sobre financiamento, reforma educacional e gestão escolar.

A idéia básica neste momento é demonstrar que assuntos referentes ao financiamento na gestão escolar sempre foi e será complexo por existir neste ambiente, processo de mudanças obrigatórias de idas e vindas, no decorrer das trajetórias curriculares da escola.

E por mais questionável que seja o modo de distribuição da gestão escolar em receber os recursos financeiros destinados à escola, a favor de uma melhor estrutura física e educacional, ainda é complicado, pois enquanto tentamos observar algumas situações que vem acontecendo, para rever esta maneira de classificar as verbas que chegam à secretaria da educação e são repassadas as instituições, que nesses casos é muito difícil.

É importante ainda ressaltar que nossa busca nessa pesquisa foi encontrar aparatos teóricos que pudessem nos apoiar para nos explicar as dúvidas, que conseqüentemente, foi surgindo e detectando algumas falhas que acontecem no âmbito escolar especificamente na dificuldade dos gestores em relação a parte administrativa dos recursos que são poucos para cobrirem todas as necessidades das instituições.

As medidas implementadas a partir da década de 1990, principalmente as referentes à descentralização da gestão e ao financiamento, deveriam gerar maior flexibilização no trato e gasto do dinheiro público assim como maior democratização do espaço escolar.

Todavia o que a pesquisa por hora realizada demonstra é uma relação de clientelismo dependência dos gestores das escolas municipais de Catalão tanto em relação à gestão como da autonomia para gerir as verbas destinadas às escolas.

Há ainda que se considerar que a pesquisa está em andamento e que esses resultados são apenas parciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABICALIL, Carlos Augusto; *Retrato da escola no Brasil*. | et al |: - Brasília: |s.d|, 2004.
- CALAÇA, Celina Ferreira; *Eleição de diretor de escola e gestão democrática: Um começo de conversa*. In: Revista Educação, Nº. 1, Ano 1. Mar/1996.
- CAPINGOTE, Simone; *Analisando a Gestão Escolar no Município de Catalão*. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, 2008.
- CARMO, Alberto Ribeiro; *Os Conselhos escolares da Rede Municipal de Ensino de Goiânia*. Dissertação de Mestrado da Universidade Feral de Goiás, 1996.
- DOURADO, Luiz Fernandes; *Gestão democrática da escola: movimentos, tensões e desafios*. In: *Retrato da escola no Brasil*. Brasília: |s.d|, 2004.
- FLORES, Maria Marta Lopes; *Municipalização do Ensino em Goiás*, Tese de Doutorado, Piracicaba, UNIMEP, 2005.

GENTILI, Pablo; *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo* – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LIBANEO José Carlos e PIMENTA, Selma Garrido, Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança, *Educação e Sociedade*. Campinas, 1999, v.20n.68.

LIBANEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza SEABRA: *Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização*, São Paulo, Cortez, 2003.

LIBANEO, José Carlos; *Organização e gestão da escola: teoria e prática*/José Carlos Libâneo. 5 ed. Revista e ampliada – Goiânia: Editora Alternativa, 2004. In: Antônio Nóvoa, 1995, p. 30.

KRAWCZYK, Nora; *Gestão escolar: Um campo minado*, *Educação e Sociedade*, Campinas, 1999, p.5.

MICHELS, Maria Helena; *Gestão Formação Docente e Inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar*, *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, Autores Associados, v.11, 2006.

OLIVEIRA, Cleiton; *Municipalização do Ensino no Brasil*, Autêntica, Belo Horizonte, 1999.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; *Mudanças na Organização e na Gestão do Trabalho na Escola* In: Oliveira, Dalila Andrade (org.); *Política e Gestão da Educação*; Belo Horizonte, Autêntica, 2002.

PARO, Vitor Henrique; *Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino*, São Paulo: Ática, 2007.

OLIVEIRA, João Ferreira; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. *Conselho Escolar e Autonomia: Participação e Democratização da Gestão Administrativa, Pedagógica e Financeira da Educação e da Escola*. Textos mimeografados para curso de especialização em gestão escolar – UFG/ 2008.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós; *Assistência financeira do FNDE/MEC a programas e projetos educacionais: formato e implicações*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Vol. 87, No 215 (2006). Disponível em: 06/02/09 às 15h58min <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/45/47>

PARO, Victor Henrique; *A Gestão da Educação ante as Exigências de Qualidade e Produtividade Da Escola Pública*, São Paulo, 1998.

TEIXEIRA, Anísio; “*Natureza e Função da Administração Escolar*” In: *Administração Escolar. Edição comemorativa do primeiro Simpósio Interamericano de Administração Escolar*. Salvador: ANPAE, 1968.